



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 18 - 2017/2021**

**Data da Sessão:** 3 de Dezembro de 2020

**Início da sessão:** 10:00 horas

**Términus da Sessão:** 15:00 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vitor Manuel Machado Gonçalves, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Vera Lúcia Marques da Silva, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, António Vicente Alves Reis, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

**Faltas Justificadas:** Luís Filipe Aparício Lopes

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

## **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta N.º 18 - 2017/2021**

**3 de dezembro de 2020**

### **-----INICIO-----**

---- Aos três dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2021.**
- 3) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2021.**
- 4) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro.**
- 5) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos.**
- 6) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga.**
- 7) Apresentação de informação sobre a Tejo Ambiente com a presença de responsáveis da empresa.**

Nesta sessão faltou o vogal e Presidente da Junta de Freguesia de Amêndoa, Luís Filipe Aparício Lopes.

### **-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de 30 de setembro de 2020 que, colocada à votação foi aprovada por maioria com seis abstenções.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal António Reis iniciou a sua intervenção solicitando informação sobre se há algum desenvolvimento dado pelas autoridades sobre o assalto à estação de correios de Cardigos. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre se já foi apresentada a carta de demissão à Tejo Ambiente do Presidente da Câmara Municipal de Mação e se essa demissão implica mais alguma coisa. Continuou referindo que foi

comunicado na comunicação social que iria haver uma ciclovia desde o Vale de Mação e Avenida Sá Carneiro e questiona se os membros da Assembleia não deveriam ter mais informação sobre este assunto. Terminou referindo que, relativamente à Rua Tenente Coronel Francisco Pedro Curado, nos últimos 30 anos já foram substituídas as árvores daquela rua por três vezes e questiona se terá sido desta vez que se acertou ou se ainda haverá uma quarta vez.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção informando que é o Presidente da Assembleia Geral da Associação das Rotas de Mação. Mais referiu que as Rotas de Mação têm tudo para ser um projeto muito sério em prol da qualidade de vida das pessoas do nosso concelho em várias áreas, as pessoas envolvidas no projeto são de uma dedicação extrema, com um conhecimento técnico bastante marcado e que conseguiram aliar-se com parceiros com capacidade em cada uma das áreas e depois foram buscar uma componente técnica e tecnológica e científica muito marcada o que quer dizer que este projeto tem tudo para ser um projeto de vanguarda nesta tipologia de projetos. Mais referiu que o projeto Rotas de Mação ainda está a dar os primeiros passos e até agora foram feitos trabalhos preparatórios. Informou que, nesta fase, não tendo ainda uma sede física e dado o cariz pedagógico do projeto, o Agrupamento de Escolas disponibilizou-se para ser a sede da associação, ou seja, para alguma correspondência, como está sempre gente e tem um horário alargado e, em termos educativos e pedagógicos é um parceiro muito interessante que o Agrupamento de Escolas não poderia deixar de estar ligado. Deixa uma palavra de reconhecimento, pela dedicação, pelo trabalho, pelo investimento do seu tempo, às pessoas que estão ligadas a este projeto que está a fazer um caminho de se autonomizar da Câmara Municipal o que também é um bom sinal. Claro que vai continuar a precisar de ajuda e de apoios mas, em termos de decisão em termos estratégicos vai fazendo o seu caminho e vai-se tornando cada vez mais autónoma em relação à Câmara Municipal de Mação. Continuou a sua intervenção informando que, no que concerne ao covid 19, existem quatro casos positivos no Agrupamento, foram identificadas as cadeias de contágio e nenhum destes casos foi infetado na escola o que quer dizer que, independentemente do que venha a acontecer, o trabalho que foi feito com as regras que foram implementadas de utilização de máscara permanente no espaço escolar, desinfeção das mãos à entrada de todas as salas e outros espaços da escola, tem funcionado.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que a água que está a ser fornecida à povoação de Vale de Santiago e de Eira, é imprópria para

consumo e, solicita uma explicação da empresa, através da Câmara. Continua referindo que também teve conhecimento da intenção de se fazer uma ciclovia em Mação e dá os parabéns à Câmara pelo agendamento deste tipo de infraestrutura e lamenta que não tenha sido levado em consideração as recomendações dos eleitos do Partido Socialista, há cerca de quatro anos atrás, sobre implementação de uma ciclovia no troço coincidente com as obras da requalificação da entrada sul de Mação. Termina apresentando a seguinte intervenção:

(documento escrito)

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente à tempestade Elsa ´, teve a informação que foi dada oportunidade aos municípios de acederem ao Fundo de Emergência Municipal (FEM) e solicita informação sobre se existe inventário de danos, se a Câmara de Mação tem preparado e se vai fazer a candidatura ao FEM, relativamente aos danos causados pela tempestade Elsa e se assim for, gostava de ter uma cópia do documento que será objeto de candidatura. Solicita informação sobre em que pé está a beneficiação do acesso, na zona da Serra do Bando, nomeadamente até ao miradouro do Bando dos Santos, pois é uma zona que tem muitas visitas e está quase intransitável. Continua a sua intervenção solicitando informação sobre qual é a estratégia do executivo para a obra de requalificação das Piscinas Municipais descobertas pois teve a informação que o concurso que foi lançado ficou vazio. Termina a sua intervenção solicitando informação sobre se a demissão do Sr. Presidente da Câmara do cargo que tinha na empresa Tejo Ambiente leva a que o município fique sem representantes na Assembleia Geral da referida empresa e se esta demissão do Sr. Presidente da Tejo ambiente poderá ser o abrir da porta para uma saída do município de Mação da empresa Tejo Ambiente.

--- O vogal Daniel Jana inicia a sua intervenção referindo que a questão da Loja 24 horas já foi bastante debatida e, se bem sabemos que não carece de licenciamento por parte da Câmara e a mesma nada pode fazer relativamente a fiscalização mas há outras questões, nomeadamente aquela loja não tem contador de água e a água para as máquinas é levada em garrafas mas tem resíduos sólidos e bastantes pelo que questiona se não será obrigatório terem de dar alguma contrapartida ao município por estes resíduos sólidos, uma vez que não tem contador de água e o montante pago pelos resíduos vem através da fatura da água. Deixa também um alerta, ainda relacionado com a referida loja, para as condições de higiene, neste âmbito da pandemia covid 19

uma vez que se encontra tão perto da escola e para todas as pessoas que a frequentam poderá ser um foco de infeção. Termina referindo que, relativamente à entrada Aboboreira / Penhascoso, nessa estrada, foram feitos, e bem, os arranjos das valetas com o cimentar das mesmas mas estamos a falar de uma via onde se passa com velocidade, às vezes até excessiva e as pessoas têm de se deslocar pedonalmente no meio da via para a água passar nas valetas. Deixa a questão se será depois de realizar esta obra que vão ser feitos os passeios, se vai entubar a água e tapar as valetas ou se não deveria ter sido feito logo tudo.

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo as intervenções de todos. Em seguida, referiu que, relativamente à intervenção do vogal António Reis, e a sua questão sobre o assalto aos correios de Cardigos, informou que ainda não foi pago qualquer valor à Junta de Freguesia e, aquilo que foi recebido na Câmara há poucos dias foi o Acordo estabelecido entre a Junta de Freguesia e os CTT para pagamento daquele valor que estava em causa uma vez que, segundo o que lhe foi transmitido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o mesmo não tem a participação á GNR uma vez que a mesma foi feita em nome dos CTT, que foi a entidade lesada, ou mais lesada. Relativamente ao processo de justiça ou de busca dos assaltantes, refere que não sabe rigorosamente nada. Continua referindo que, em relação à questão da Tejo Ambiente informou que escreveu uma carta há mais de oito dias para a Administração da empresa, com conhecimento a todas as Câmaras que compõem aquela empresa onde, entre outras coisas, fala da questão da sua demissão do cargo para o qual tinha sido eleito pelos seus colegas de Presidente da Assembleia Geral da Tejo Ambiente. Referiu que a sua demissão está formalizada e, como vai ter de haver eleições para aquele cargo, terá ainda de marcar as mesmas para preenchimento daquele lugar, tornando-se a demissão efetiva. Quanto à questão do vogal José Fernando Martins, informou que Mação não fica sem representante, evidentemente, pois Mação é acionista da empresa e está representado na Assembleia Geral, como não pode deixar de ser e tem os seus votos na Assembleia Geral também com não pode deixar de ser, nos termos estatutários. Relativamente à questão sobre se configura uma porta de saída do município de Mação da empresa Tejo Ambiente, informou que não configura uma porta de saída e já afirmou que, daqui a alguns anos se fará um balanço positivo da decisão que tomamos aqui por unanimidade.

Relativamente à ciclovia, informou que estava previsto nos Planos de Atividades do ano passado e deste ano e no Orçamento um rubrica para o PAMUS, Plano de Mobilidade

Sustentável que configura uma candidatura que estava aberta na CCDR para mobilidade sustentável, descarbonização, intervenções na área urbana que ajudem a mobilidade das pessoas e que ajudem também a retirar carros dos centros urbanos e aquilo que a Câmara Municipal de Mação fez e que vai candidatar são duas candidaturas, uma que tem a ver com a parte de ciclovia que, a ser aprovada e a ser feita, terá o seu início na entrada norte de Mação, até perto do Tribunal e a outra candidatura mais para requalificação do centro histórico, requalificação de passeios, barreiras arquitetónicas que impeçam a mobilidade. Mais informou que é uma candidatura que será submetida e que a ser aprovada, duvida que tenha uma grande execução durante o próximo ano, pois é um projeto ambicioso, caro e que a Câmara terá de ver como irá conseguir concretizar tudo o que quer naquela candidatura. Mais referiu que, os projetos que foram elaborados e que ficam na Câmara poderão sempre ser aproveitados para esta ou outra candidatura ou noutros investimentos que se possam vir a fazer por que considera que a vila de Mação e nomeadamente o seu centro histórico precisa de uma “roupagem” diferente e, portanto os projetos foram elaborados, temos esta candidatura do PAMUS e temos expectativas de aceder a fundos comunitários para várias obras e por isso é bom que tenhamos projetos para esse efeito.

Relativamente à questão das árvores da Rua Tenente Coronel Francisco Pedro Curado, referiu que também se lembra das três vezes que as árvores foram substituídas e informa que as últimas foram retiradas pois levantaram os passeios, racharam muros e provocaram problemas nas canalizações e espera que desta vez se tenha feito a opção correta em relação às árvores que foram escolhidas.

Em relação à questão das Rotas de Mação, referida pelo vogal José António Almeida referiu que espera que as mesmas atinjam os objetivos que se propõem, da parte da Câmara há o compromisso de apoiar na medida em que apoia outras associações, nas atividades que desenvolvam ou para a globalidade das atividades que possam vir a fazer, sendo certo que, quando terminar este prazo, até à entrada em funcionamento oficial da associação, a Câmara também não deixará de prestar contas aos munícipes das verbas que já gastou e onde as gastou em concreto, relativamente a este projeto.

Relativamente ao mencionado pelo vogal António Cardoso Lopes sobre a qualidade da água em Vale de Santiago informou que a Câmara tem conhecimento que há alturas complicadas, houve várias conversas com a empresa Águas do Centro no sentido de ali ser feito um bypass direto, intervenção que era para ser feita ainda no tempo da Câmara. Que seja do seu conhecimento a água não está imprópria para consumo em

termos analíticos mas, em todo o caso fica a recomendação e os pedidos de desculpa aos habitantes daquela localidade.

Relativamente à questão da tempestade Elsa, mencionada pelo vogal José Fernando Martins, informou que também teve conhecimento da possibilidade de se fazerem candidaturas no âmbito do FEM e evidentemente que a Câmara de Mação fez o apanhado e remeteu esse apanhado dos seus custos, cerca de 1,8 milhões de euros e quando abrirem as candidaturas a Câmara irá submeter candidatura nesse âmbito. Informou que algumas coisas foram feitas, sendo a mais evidente a Praia Fluvial do Carvoeiro onde a Câmara já gastou cerca de 150.000,00€ e que vai tentar candidatar ao FEM.

Relativamente à beneficiação do acesso da Serra do Bando, informou que é um assunto que continua em cima da mesa e que a Câmara terá de ver como irá fazer esse acesso pois já várias vezes foi conversado sobre os constrangimentos que há em ter ali uma solução definitiva de pavimentação relativamente àquela situação.

No que diz respeito às Piscinas Municipais descobertas, informou que a Câmara já abriu dois procedimentos para requalificação daquele equipamento, não houve empresas que se mostrassem disponíveis para fazer a obra pelo preço que estava candidatado, situação aliás que tem acontecido um pouco por todo o país e a estratégia é deixar as coisas correrem até ao verão, no verão abrir conforme tem aberto e depois abrir concurso para a obra ser executada durante o próximo ano para que, em 2022 possa estar pronta pois, neste momento não há condições para abrir concurso e a obra estar pronta antes do verão.

Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana e em relação à Loja 24 Horas, informou que foi um assunto vastas vezes conversado, a Câmara pediu um parecer à CCDR que confirmou aquilo que a Câmara sempre disse, ou seja, a fiscalização daquele espaço não é da competência da Câmara mas o assunto mencionada pelo vogal Daniel Jana é pertinente pois se, em relação à água, a mesma vem de outro local, relativamente aos resíduos é uma boa chamada de atenção até para se tentar perceber como é que funciona noutras localidades, porque faz todo o sentido, se lá deixam lixo esse lixo alguém o está a pagar.

Em relação à entrada da Aboboreira / Penhascoso, informou que aquilo que se tentou fazer foi criar ali umas condições diferentes para o escoamento da água que está ali um bocado complicado e a Câmara tem um projeto de reabilitação de passeios em

Penhascoso que, nesta primeira fase não contempla esta entrada e considera que uma coisa não terá relação com a outra mas aceita a crítica.

--- O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção agradecendo a intervenção do vogal António Cardoso Lopes e o resumo que o mesmo fez daquilo que tem sido a visão da Câmara Municipal de Mação nos últimos 20 anos e, efetivamente não é viável a exploração individual quando se tem 80.000 propriedades com cerca de 40.000 hectares, que não é viável a exploração dessas propriedades pela escassa dimensão que as mesmas têm e pela sua dispersão, não é viável porque não se adequa às técnicas e às possibilidades dos tempos atuais e que isso exige uma capacidade de proporcionar de alguma forma a agregação, que não seja física mas, pelo menos, funcional das propriedades. Continuou referindo que esse tem sido o entendimento muito claro da Câmara desde 2003 e não adianta andar a tentar enganar as pessoas, a vender projetozinhos para andar entretido pois nós sabemos que não é esse o caminho. Referiu que, aquilo que está para fazer é efetivamente, muito difícil, em termos sociais, em termos económicos e em termos físicos mas tem sido este o objetivo da Câmara desde 2003, que começou por “falar” sozinha e aquilo que todos achámos que era o caminho, numa Assembleia Municipal em 2003, que era juntar as propriedades, criar um plano de ordenamento para esse território, fazer uma gestão conjunta, substituindo o agricultor que desapareceu por uma nova ferramenta de gestão criada propositadamente para o efeito e, em setembro de 2003, éramos, provavelmente, no país, os únicos a dizê-lo de uma forma pública, enquanto responsáveis políticos. Mais referiu que, entretanto, o país criou a figura das ZIF's para fazer os planos de ordenamento, para ganhar escala, para ganhar dimensão e, como costuma dizer nas suas apresentações, no introito da Lei das ZIF's está lá tudo dito, nomeadamente a necessidade de mobilizar o país, a necessidade de mobilizar os proprietários, mas depois todos os artigos parece que só têm um objetivo que é o de dificultar aquilo que o introito pretende fazer. Efetivamente aquela Lei das ZIF's conseguiu mobilizar milhares de proprietários, hoje em Portugal há cerca de 800 ZIF's constituídas e representam cerca de 800.000 hectares, só que, infelizmente, aquilo que era essencial para que elas funcionassem, que era ter efetivamente condições de apoio para por em marcha um projeto tão difícil, não foi possível fazer, as ajudas falharam completamente pois mais não foi do que irem às ajudas que estavam pensadas para os proprietários individuais, por uma vírgula, e acrescentar “e a ZIF tem prioridade no acesso a esta medida”. As ajudas que foram disponibilizadas eram para proprietários individuais e não serviam para

os objetivos de uma entidade conjunta que agregasse milhares de proprietários e que pretendia gerir milhares de hectares. Assim, lentamente, apesar dos proprietários terem aderido, em Mação constituíram-se 6 ZIF's, com o facto das ajudas não serem minimamente adequadas não foi possível passar ao território. Mais referiu que, antes dos grandes incêndios, e desde sempre, Mação tentou várias vezes fazer um projeto piloto que permitisse ao país testar esse conceito, porque achávamos que era essencial por isto no terreno, ver quais são as dificuldades para fazermos este planeamento da paisagem, o Secretário de Estado chegou a pedir-nos uma proposta, que nós apresentámos, orçamentámos quanto custava fazer essa gestão conjunta em cerca de 2500 hectares, o que não é barato, só para aquela intervenção à volta das aldeias do Castelo e de Aldeia de Eiras, apresentámos, na altura, valores na casa de 1.800.000,00€, mas cerca de 12 anos depois já estavam pagos os investimentos iniciais, portanto, é possível criar negócio à volta disto e nós achamos que isso é fundamental pois tem sustentabilidade. Mais referiu que não tivemos projeto piloto antes dos grandes incêndios e a expectativa foi que, depois da tragédia acontecer, e depois de acontecerem incêndios tão graves em Mação, finalmente viesse o projeto piloto e o Estado respondeu criando um programa de transformação da paisagem e esse programa passava por criar Grupo de Trabalho e, no mesmo foram incluídos responsáveis de vários ministérios, desde o Ministério da Economia, Ministério da Administração Interna, Ministério da Agricultura, o planeamento do território através da DGT, que foram chamados a este programa de transformação da paisagem e, nesta Comissão procurou-se debater caminhos para tentar sair desta dramática situação em que se encontrava, à data, Vila de Rei, Sertã e Mação. Informou que nós fizemos sempre uma pressão muito incisiva que tinha de haver um projeto piloto, não nos bastava andar aqui outra vez com uma Comissão, fazemos um diagnóstico, do mesmo nascer uma proposta de ação e um documento que se entregasse, provavelmente, aos responsáveis do sector. Queríamos ver no território explicado aquilo que sempre defendemos que era a agregação funcional destas áreas de minifúndio que não têm capacidade para gerar rendimento sustentável por si para os pequenos proprietários que, ainda por cima, estão ausentes e conseguimos isso e este Grupo de Trabalho tem duas ferramentas de ação, sendo uma esta questão de tentar, nos vários concelhos, criar projetos que se possam por em marcha já neste sentido e a outra a contratação de uma empresa, através de um concurso nacional, que teve uma reunião com os cinco municípios, uma vez que Oleiros e Proença-a-Nova foram incluídos no projeto, e ontem,

foi aqui nesta sala aprovado o “esqueleto” de trabalho que está a ser desenvolvido por esta empresa e que passa pela análise e diagnóstico de toda a situação e a apresentação de uma série de propostas, quer em termos de ordenamento, quer em termos de espécies, quer em termos de forma de gestão para o território. Mais informou que foi surpreendido pois a ideia de fazer um teste piloto e de fazermos este tipo de ação, de repente, foi alargada para um território de cerca de 100 concelhos no país que também foram consideradas áreas prioritárias de ação sobre a paisagem, tendo acabado esta forma de ação, que ainda não está afirmada e consolidada no terreno, sido apresentada pelo Estado para cerca de 100 territórios no país, onde pretende aplicar esta metodologia. Refere que, obviamente, isto nos preocupa muito pois ainda não conseguimos arrancar aqui e já estão a prometer a cerca de 20 regiões este método de trabalho que só estava, até qui, nesta zona e nos concelhos de Monchique, Silves e Portimão, que também têm um processo destes. Mais refere que agora, infelizmente, o Estado, politicamente, desinvestiu das ZIF's que passaram a ser uma figura que não aparece muito e o Estado já não quer fazer ZIF's e agora quer fazer AIGP's que é exatamente a mesma coisa só que se mudou o nome, é arranjar uma figura que faça a promoção dos proprietários da necessidade de fazer a gestão conjunta, faça o estudo da área, elabore um programa de ordenamento e depois, de algum modo, faça a gestão. Há aqui, naturalmente, algumas lacunas na forma como as coisas estão pensadas mas isso, para nós, nunca foi o importante pois o que é importante é que vai haver uma figura que vai tentar chegar ao território, agrupar as vontades e as disponibilidades e tentar fazer uma coisa que agora se chama Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) e, portanto a OIGP é, na prática, por as ZIF's a funcionar e ir para o terreno fazer as plantações, fazer o ordenamento. Referiu que, se há coisa que nós tentamos desde sempre não fazer neste processo, é levantar expectativas em vão às pessoas e, por isso, temos andado com uma pressão constante sobre os responsáveis políticos para a necessidade de aproveitar esta janela de oportunidade que está aberta no pós incêndios pois temos o território em branco e tentar aproveitar este momento e por o processo em marcha e, infelizmente, o processo tem sido excessivamente lento, excessivamente burocrático, não nos têm dado resposta e há uma coisa que considera não se dever fazer que é não levantar expectativas que não se consigam cumprir como aconteceu com as ZIF's. Mais referiu que tem atrasado ao máximo o irmos para o terreno e fazermos uma grande mobilização sem estar seguro de que vamos ter efetivamente recursos para, desta vez, fazer minimamente as coisas e esse compromisso e essa

segurança tem tardado e o que o preocupa também é que as pessoas adiram, entreguem as suas propriedades e depois nós não tenhamos recursos para lá fazer nada. Considera que, desta vez, as coisas estão muito bem encaminhadas e o discurso que alguns consideraram utópico, que a Câmara de Mação fez desde 2003, dizendo que tem de ser este o caminho é agora o discurso de todos e todos concordam que tem de ser este o caminho, tem de se gerir de forma diferente, tem de se encontrar atores que tenham força, em conjunto, para gerir estas pequenas propriedades e temos de criar um “envelope” que possibilite a adesão dos proprietários, quer ao nível da confiança, quer ao nível da rentabilidade, quer a nível da esperança no território. Informou que o ponto em que estamos agora é que estamos para apresentar na Direção Geral do Território a proposta do Concelho de Mação sobre onde é que fazer AIGT's e aquilo que nos têm dito é para só apresentarmos uma mas pensa que o nosso caminho vai ser apresentar oito, uma por cada uma das nossas freguesias porque Mação já não precisa, na sua opinião de estar a fazer pequenos projetos piloto, considera que este é o momento, depois de estar tudo ardidado, e vamos apresentar uma proposta no sentido de, em cada uma das nossas antigas freguesias, fazer um projeto de Área Integrada de Gestão da Paisagem e as ZIF's podem ser uteis neste processo, poderá considerar-se que a ZIF do Castelo irá ampliar-se para a freguesia de Mação toda, a ZIF de Penhascoso irá ampliar-se para toda a freguesia de Penhascoso, a ZIF de Ortiga abrange praticamente a freguesia, a ZIF de São José das Matas vai ampliar-se para toda a freguesia de Envendos e, em Aboboreira, Amêndoa, Carvoeiro e Cardigos vamos promover a constituição de novas AIGP. E, desta vez há a perceção que o Estado também tem de fazer coisas diferentes, nomeadamente a arrendamento forçado que é uma Lei que permite, depois de constituída uma AIGP numa freguesia para aí elaborarmos um projeto de alteração da paisagem, se houver uma propriedade que tenha uns eucaliptos caducos e neste projeto aquele terreno aparece como área de sobreiros, o que acontece é que o proprietário, ou faz a gestão por si e arranca os eucaliptos e planta os sobreiros ou então diz que não tem condições para gerir sozinho e entrega a gestão ou, se não quiser fazer nenhuma das duas hipóteses, há a possibilidade do Estado chegar, arrendar a propriedade forçadamente e depois o Estado agarra nessa propriedade e entrega a gestão dela, transitoriamente, a alguma entidade. Considera que o Estado não fará um uso muito intensivo desta legislação até pela complexidade que a mesma tem, mas é um excelente instrumento para nós demonstrarmos aos proprietários que, desta vez vai ter de ser. Mais informou que vai ser entregue na DGT a proposta de criação das

oito Áreas Integradas da Gestão da Paisagem e, em termos da figura para gerir efetivamente vai acontecer de dois moldes, os proprietários que tiverem áreas significativas e quiserem fazer uma gestão das suas propriedades, serão livres de continuar a fazê-lo, aqueles que não estiverem interessados nessa gestão, vamos tentar agrupá-los em entidades e aquilo que vamos tentar constituir é, em cada uma das oito freguesias, uma empresa de cariz especial e tentar que seja essa empresa a que chamamos “Empresa de Aldeia” a fazer a gestão destas áreas. Mais informou que este é o projeto a entregar e, antes de entregar o projeto final, vai tentar reunir mais uma vez com o Partido Socialista sobre o mesmo.

Referiu ainda que esta pandemia que tragicamente estamos a atravessar e o processo que a economia está a ter, poderá ser uma ajuda pois, do pacote de quinze mil milhões de euros que Comunidade Europeia disponibiliza para Portugal, o Governo tem, neste momento orçamentados cerca de seiscentos e sessenta milhões de euros para a área da floresta e coincidindo isto com o processo em que estamos de entrada de um novo Quadro Comunitário, estamos numa situação impar com o Estado virado para estes territórios, com um Grupo de Trabalho criado para fazer propostas de ação no território e, ao mesmo tempo um envelope financeiro extraordinário com as ajudas de Bruxelas e uma nova ferramenta financeira que é Fundo Português do Carbono ao qual se juntou o fundo que nós tínhamos anteriormente, o Fundo Florestal, ou seja, há vontade política, parece que vai haver dinheiro, vamos ter de ser nós, em termos de mobilização a conseguir por este processo em marcha e considera que estão reunidas todas as condições para isso e por isso, mantém a esperança que, muito em breve, nós vamos conseguir ir para o território e fazer coisas. E a nossa primeira intervenção, mesmo antes de ter coisas aprovadas por estes processos, todos vai ser tentar a garrar, em vários pontos do nosso território, e com os recursos que temos doutros programas, tentar por em marcha o processo antes de irmos falar com as pessoas, já termos vários sítios no território onde as coisas já estão a acontecer e estão a ser bem feitas, e isso vai ser possível, quer no Alto da Caldeirinha, quer entre Mação e a A23 e vamos fazer uma ação de demonstração e estamos a preparar uma também para a zona entre o Carvoeiro e os Envendos e esperamos que estas zonas venham muito em breve a iniciar a sua implementação e, sejam a semente para que as pessoas possam sentir esta mobilização e esta mudança.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto

1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente informou que as obras do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) estão concluídas, e dentro de alguns dias irá entrar numa fase de testagem de alguns equipamentos e a Câmara espera que, em janeiro possa entregar o edifício. Mais informou que a obra de requalificação do Cine Teatro decorre a bom ritmo, esperando-se a conclusão da mesma em meados do ano de 2021, bem como do jardim municipal em frente do mesmo. Informou também que já se iniciou a obra da Rota das Pesqueiras, com os passadiços em Ortiga que também está a decorrer conforme o previsto. Informou ainda que a obra de intervenção em vários arruamentos da freguesia de Amêndoa deverá ter o seu início ainda durante este mês. Relativamente à requalificação urbana da calçada da povoação de Aboboreira, foi lançado um primeiro procedimento que ficou deserto pelo que, muito brevemente, será lançado novo procedimento. Em relação à requalificação urbana de Penhascoso, informou que seguiram ontem os ofícios convite para as entidades poderem apresentar propostas para aquela obra em Penhascoso. Mais informou que vai reunir com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ortiga para, ainda este mês, se fazer uma inauguração muito simbólica do Núcleo Museológico de Ortiga pois não há condições mínimas para se fazer uma festa da forma que aquele edifício mereceria mas que neste momento é impossível. Informou ainda que, os investimentos privados que estão previstos para o nosso concelho na área da cannabis estão a seguir o seu curso normal, estando dois deles já numa fase avançada e um deles já com projeto entregue na Câmara e espera-se, nesse caso em concreto, que em janeiro se possam iniciar as respetivas obras. Termina referindo que a situação relativa à pandemia de covid 19, a situação no concelho já esteve mais calma, neste momento nem tanto mas esperamos que as coisas decorram com alguma normalidade e tranquilidade, sendo certo que, se os dados continuarem com este ritmo, seguramente o concelho de Mação irá subir de nível de risco de contágio, relativamente àquele em que tem estado até esta data.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2021.**

Presentes documentos previsionais da Câmara Municipal para o ano de 2021, que ficam anexos aos documentos da presente sessão desta Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este documento que foi apresentado, considera que o Plano e respetivo Orçamento respeita os compromissos assumidos pelo executivo com os munícipes do concelho, quando se candidatou, é a sequência daquilo que vem sendo feito, é um Plano que está de acordo com aquilo que o executivo perspetiva para este mandato. Mais referiu que, evidentemente, sendo um ano particular, não haverá razões, na sua opinião, para se esperarem grandes novidades relativamente àquilo que tem sido a atuação deste executivo, quer aquilo que é o desenvolvimento das obras que estão previstas, quer naquilo que é a forma deste executivo de trabalhar e de estar com a população do concelho de Mação e portanto, não irá haver nenhuma invenção extraordinária por ser um ano eleitoral, serão tomadas as decisões que sempre foram tomadas a cada um dos momentos e de acordo com aquilo que for a avaliação do executivo em cada uma das situações, tendo em conta o interesse dos munícipes. Referiu ainda que este é um ano que terá, seguramente, muitas condicionantes e, sem servir de desculpa para nada, o covid 19 é, evidentemente, uma condicionante, e também o facto de haver cada vez menos empresas para realizarem as obras que eventualmente possamos querer fazer, temos um Quadro Comunitário a terminar e temos o Plano de Recuperação e Resiliência sobre o qual se desconhece como irá evoluir. Referiu ainda que há um grau de incerteza que está refletido neste Orçamento mas que, apesar de tudo isto, pensa que não terá grandes reflexos no que será a atividade autárquica para o próximo ano, porque lhe parece, ao contrário do que se dizia, que as coisas estão muito atrasadas, nomeadamente as “bazucas” que por aí vinham e, portanto, pensa que não haverão muitas novidades que sejam muito transcendentais. Contudo, considera que o executivo deve estar atento a estas matérias para não se desperdiçarem verbas que, eventualmente, se possam ter direito e que fazem sempre falta a qualquer Câmara Municipal. Continua referindo que os projetos que a Câmara tem mandado elaborar, é bom que o faça pois podem surgir janelas de oportunidade de reforço de verbas uma vez que quando se aproxima o fim de um Quadro Comunitário de Apoio há sempre uma grande tentação de se poder gastar o dinheiro que está disponível e verifica-se uma

maior abertura para aprovação de projetos e o que a Câmara tem feito e está a fazer é ter mecanismos para poder concorrer a sistemas de incentivo se houver essa possibilidade. Mais referiu que este tem sido um mandato complicado para todos, não só com a questão do covid 19 mas mais aquilo que passámos, tendo iniciado o mandato com a ressaca dos incêndios de 2017 e com tudo o que isso trouxe para o concelho, tivemos o incêndio de 2019 e, portanto, considera que há um conjunto de envolvências que, a seu tempo, deverão ser avaliadas e cada um fará a avaliação que entender, mas da parte do executivo, o mesmo tem a consciência de como as coisas se passaram, e em devido tempo fará essa avaliação, bem como será dada a versão deste executivo sobre como as coisas foram sendo feitas ao longo deste ano. Referiu ainda que, independentemente daquilo que vem dito nestes documentos, o executivo mantém sempre a porta aberta para receber eventuais propostas que surjam ao longo do ano para o qual este documento, espera, será aprovado. Referiu ainda que o executivo tinha, para este mandato, os seguintes objetivos traçados:

- Melhorar os apoios sociais aos mais carenciados;
- Criar condições para a atividade económica;
- Valorizar os nossos recursos;
- Aprofundar a valorizar o Conhecimento, Educação e a Cultura;
- Promover a participação cívica, principalmente dos jovens.

E, a pouco menos de um ano para o termo deste mandato refere que está muito tranquilo com aquilo que o executivo conseguiu fazer relativamente a estes objetivos que referiu e, para cumprir os objetivos a que este executivo se propôs, foram elencadas seis áreas prioritárias e para cada uma delas, sem prejuízo doutras, refere que:

Relativamente à Inovação e Ação Social destacou o CAO, Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial que pensa ser uma resposta social extraordinariamente importante para o nosso concelho. Destacou ainda o reforço do apoio às IPSS, considerando que, nesta altura de pandemia a Câmara tem sido muito proactiva na tentativa de ajudar estas entidades a ultrapassar as dificuldades que estão a sentir e deixa o seu agradecimento e reconhecimento a todas as IPSS do concelho, sem exceção, quer aos seus dirigentes, quer aos seus trabalhadores pelo papel que têm desempenhado no combate à pandemia e o esforço que têm feito no sentido de cumprir Planos de Contingência e evitar que aconteça em Mação situações que têm acontecido noutros locais e que não estão fora de acontecer mas que, até à data, as coisas têm corrido muito bem e por isso agradece a todos. Deu ainda destaque aos Programas de

Inovação Social, estando neste momento 3 a decorrer com incidência no concelho de Mação e irão abrir programas a muito breve prazo e poderão surgir mais alguns durante o próximo ano.

Em termos de Educação e Cultura referenciou as obras nas escolas, estando terminadas as obras na EB1 de Cardigos, estando prevista a obra do campo de jogos da EB1 de Mação para estar terminada durante o próximo ano e há perspetiva de se poder fazer obras de requalificação da Escola Secundária de Mação, pois poderá haver oportunidades de financiamento nessa área e o mesmo se passa com o Pavilhão Municipal que necessita de algumas obras com alguma urgência. Realçou ainda neste âmbito o apoio à comunidade educativa, a obra do Núcleo Museológico de Ortiga e a requalificação do Cine Teatro que está em andamento e a requalificação do piso inferior do Museu Municipal cujo projeto existe há 4 anos à espera de alguma possibilidade de financiamento e que poderá haver uma oportunidade de ser concretizado durante o próximo ano.

No que concerne ao Empreendedorismo realçou o reforço do apoio às empresas do concelho de Mação, através do GEMA que, está com uma dinâmica bem diferente do que existia há alguns anos atrás, estando junto dos empresários de uma forma muito presente. Informou que, até final do ano serão concretizadas as propostas para a ampliação da Zona Industrial das Lamas, a Câmara tinha o Plano de Pormenor aprovada para aquele fim e com a revisão do PDM que está em curso, vai ser englobada a ampliação da Zona Industrial das Lamas já nessa proposta.

Relativamente à Valorização dos Recursos do nosso Concelho realçou o projeto da Rota das Pesqueiras que está em curso, a reabilitação da praia fluvial de Ortiga, espera que seja possível realizá-la durante o próximo ano, e fazer alguma reabilitação na Barca da Amieira que não foi possível fazer este ano. Realçou ainda o apoio às nossas associações e àquilo que é a dinâmica que as mesmas têm tido e que a Câmara tem tido o bom hábito de considerar um recurso valioso no nosso concelho.

Em termos de Reabilitação e Manutenção de Infraestruturas e Património, referiu que existe um conjunto de obras que já referiu, nomeadamente a obra de requalificação do Cine Teatro, requalificação urbana em Aboboreira, requalificação urbana em Penhascoso.

Relativamente aos Serviços da Câmara referiu que temos hoje uma Câmara diferente do que tínhamos há 2 ou 3 anos, vai ser o primeiro ano em que não temos sob a nossa responsabilidade os sistemas de água, saneamento e resíduos, havendo, portanto um

conjunto de alterações no funcionamento da Câmara que são relevantes e, por outro lado, tivemos também um conjunto de trabalhadores que se reformaram este ano, havendo uma geração de trabalhadores que deixaram a Câmara e isso implica alterações na sua estrutura e, paulatinamente esta substituição terá de ser feita mas nunca voltaremos a ter a Câmara que tivemos à cerca de 20 anos atrás, com o número de trabalhadores que tínhamos pois hoje as necessidades são completamente diferentes.

Em termos do Orçamento propriamente dito referiu que o mesmo é de 13,700.000,00€, representa uma diminuição, relativamente ao Orçamento do ano anterior na casa dos 18% e, se tivermos em conta o Orçamento que está em vigor a esta data, é uma diminuição na casa dos 32%. Mais referiu que este facto se deve ao facto deste executivo ter sido muito cauteloso na dotação das verbas, houve o respeito pelas regras orçamentais, nomeadamente nas receitas e nas despesas e naquilo que são os acessos a fundos comunitários ou outros, o executivo foi também muito cauteloso devido à incerteza que está pendente sobre todas estas situações. Mais referiu que o executivo também conta com o Saldo de Gerência mas entende que, à data que está a apresentar o Plano, estes são os dados mais fiáveis para apresentarmos o Orçamento que estará por baixa daquilo que, eventualmente poderia ter sido elaborado. Referiu ainda que foi uma opção política que o executivo fez e que assume. Em relação ao PPI destacou que para a Educação estão previstos 190.000,00€, para urbanizações, arruamentos e outros estão previstos 332.000,00€, para habitação e urbanismo 310.000,00€, para jardins e zonas de lazer 314.000,00€, para a floresta 1.096.000,00€, para a cultura 856.000,00€, para o desporto 472.000,00€ e para o turismo 308.000,00€.

Termina referindo que, evidentemente que este é o Plano deste executivo, foi aprovado por maioria na Câmara Municipal e que este é um Orçamento sincero e que responde, do ponto de vista do executivo, àquilo que é premente fazer e desenvolver no nosso concelho e é um Orçamento de continuidade e de coerência com aquilo que o executivo se comprometeu perante a população deste concelho.

---O Sr. Vereador António Louro referiu que, relativamente às Florestas e Sistema Agroflorestal, os investimentos que estão previstos para esta área são significativos e, nesse sentido chamou à atenção que os mesmos derivam das ações à resposta dos grandes incêndios de 2017 e 2019 e não são aquilo que a Câmara gostaria, são as medidas a que nos foi permitido candidatar, que abrem condicionadas a um determinado tipo de intervenções que nem sempre eram aquelas que nós

consideraríamos prioritárias mas era o que existia disponível e a Câmara candidatou para poder aproveitar. Mais informou que, nesse sentido, está em fase de adjudicação duas intervenções, uma para a área do incêndio da parte sul e a outra para a manutenção da rede primária e secundária para faixas de gestão de combustível. Junto das estradas municipais vão ser retiradas todas as árvores, especialmente os eucaliptos, vai ser feita a manutenção dessas faixas no sentido de manter esta faixa com combustíveis controlados para os próximos anos. Informou ainda que a Câmara atrasou propositadamente esta intervenção para que ela se fizesse já com a maior parte dos pinheiros crescidos e conseguíssemos ficar com estas faixas com a manutenção assegurada para mais tempo. Continua, referindo que ainda é um montante significativo pois, nestes dois projetos são quase 600.000,00€ de investimento que vai ser realizado. Mais informou que está também em fase de adjudicação um concurso para o mesmo processo de manutenção das faixas de 1ª e 2ª ordem na área que não foi atingida pelos incêndios de 2003, que é uma intervenção que não faz muito sentido em termos de continuidade porque a candidatura foi apresentada antes dos incêndios e, entretanto vieram os incêndios e as áreas ardidas deixaram de ser elegíveis nesta candidatura e, por isso, o que vai ser feito são os pequenos troços das áreas que, na altura, não arderam, mas vai ser ainda um investimento significativo, na ordem dos 336.000,00€. Informou ainda que, recentemente foi também aprovado o projeto que a Câmara tinha apresentado para este tipo de intervenções para os incêndios que ocorreram em Cardigos em 2019 e são mais 800.000,00€ de investimento e, de momento estão orçamentados mais de um milhão de euros para execução em 2021 e, por isso vai-se ver bastante intervenção ao longo das vias municipais em todo o concelho de Mação.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que estes documentos mereciam a sua aprovação por unanimidade nesta Assembleia. Mais referiu que é sempre possível fazer três leituras dos documentos previsionais, uma legal, uma técnica e uma política. Quanto à leitura legal referiu que o documento obedece aos princípios contabilísticos e orçamentais e, como tal, nesta área, nada a apontar, não sendo possível encontrar argumentos para não estar de acordo com os documentos. Em termos técnicos, referiu que também não lhe parece fácil encontrar razões para não estar de acordo com estes documentos porque vemos aqui um equilíbrio obrigatório entre as receitas e as despesas e, no caso das receitas correntes, as mesmas são superiores às despesas correntes e, como tal, em termos técnicos não lhe parece que haja grande possibilidade de estar contra os documentos. Relativamente à leitura

política referiu que temos logo uma condição de base que é o facto de não ser um documento eleitoralista, o que a oposição poderia esperar pois 2021 é ano de eleições autárquicas, pois apresenta uma diminuição de 18% em relação ao ano anterior o que faz cair a possível crítica de ser um documento eleitoralista. Mais referiu que, se olharmos para as áreas que estão definidas verificamos que é um documento honesto porque não apresenta nenhuma surpresa e as referidas áreas descritas e orçamentadas, são aquelas que o executivo apontou no início deste mandato e que tem cumprido de uma forma escrupulosa até agora. Referiu ainda que, relativamente à área da Educação e Cultura, ficou muito agradado de ver, em termos simbólicos, a abertura de uma rubrica no PPI, de investimento na Escola Básica e Secundária de Mação, que necessita de uma intervenção com investimento de alguns milhares de euros e, apesar desta abertura de rubrica ser simbólica, considera a mesma fundamental. Em relação às alterações funcionais na Câmara, considera as mesmas muito importantes pois estamos a caminhar para ter uma Câmara muito diferente daquela que tínhamos e que eram as necessidades há uns anos atrás e isso nem sempre é entendido pois muitas vezes a leitura que é feita do funcionamento da Câmara é muitas vezes feita de forma não correta pois é vista pela quantidade de homens que andam na rua a fazer esta ou aquela função e hoje a Câmara é muito mais que isso pois hoje a Câmara é solicitada a ter intervenções de outra dimensão. Continua referindo que, em termos de Orçamento, o mesmo pode até considerar-se modesto, na ordem dos 13.000.000,00€ e por isso, refere que não gostava de estar hoje na posição da oposição, no sentido de que não é fácil encontrar razões válidas e justas para votar de uma forma que não seja favorável estes documentos.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção referindo que foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara e vem também refletido nos documentos, a importância dos fundos comunitários. Continua referindo que Portugal é o país da Europa que mais depende de fundos comunitários, cerca de 90% do investimento público em Portugal é com fundos europeus e quando os fundos comunitários correm mal, tudo corre mal para o país. Mais referiu que, infelizmente, muitas vezes, autarquias e governos de vários partidos têm usado esses fundos de forma incorreta e esse tem sido o erro de muitos anos do país e da necessidade que havia e que há. Continua referindo que a Câmara de Mação, felizmente, costuma usar os fundos comunitários para aquilo que é preciso e gosta de ver nestes documentos que há coisas que já estamos a mudar, ou seja, não são coisas novas, estamos a aproveitar para melhorar aquilo que já tínhamos ou até

para readaptar o que já existia e isso é importante e também quer dizer que foram feitos os investimentos quando eles eram precisos e faziam falta. Referiu ainda que temos de estar de acordo com uma Câmara que vai fazer investimentos importantes em projetos que têm de ficar na gaveta, de imediato, para poderem ser colocados em cima da mesa quando as oportunidades abrirem porque, infelizmente, não se sabe quando irão abrir as candidaturas, era importante haver um calendário anual e isso não acontece, acontece de surpresa e as Câmaras que não têm projetos falham as candidaturas pois não vão ter tempo de os fazer. Relativamente à floresta referiu que finalmente há dinheiro para fazer aquilo que a Câmara de Mação defende há quase 20 anos e isto vai aumentar a nossa responsabilidade pois, se há por parte do Governo uma vontade muito grande de que isto corra bem, há uma enorme confiança na Câmara Municipal de Mação e também na cultura que há em Mação para fazer esta reforma na floresta e considera que, neste momento está em "cima do cepo" não só a cabeça do Secretário de Estado mas também a do nosso Vereador António Louro para que isto corra bem pois finalmente foram criadas algumas condições para se fazer o que se desejava, apesar de não serem todas as que se anunciam pois uma coisa é o que se anuncia e outra são as regras e os regulamentos que estão feitos permitem fazer e, na sua opinião a ideia que foi criada é um pouco exagerada e não corresponde exatamente àquilo que vai ser possível fazer, mas a verdade é que permite já fazer muita coisa e não haverá outra oportunidade para fazer algo nesta área. Termina solicitando ao Sr. Presidente da Câmara informação sobre o que se vai passar com o edifício que deverá acolher o CAO e quais são os passos que se seguem nesse processo pois houve um investimento muito grande e agora é importante saber se há financiamento para se poder começar com aquela atividade que é tão importante para todos nós.

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que acompanha aquilo que foi dito pelo vogal José António Almeida e que, quer na vida, quer na política, as coisas são o que são e podemos dar-lhe as voltas que entendermos mas quando chegamos à parte dos documentos e de como é que as coisas acontecem ou aconteceram, as coisas são o que são. Mais referiu que este documento é a versão deste executivo e, depois, quando for avaliado em 2021, seguramente já com outros protagonistas, depois farão a avaliação que entenderem fazer na altura. Relativamente à Escola Básica de Mação, tem a perspetiva de que há boas condições para podermos ter financiamento para obras e considera que a Câmara se deve preparar para isso, não só para este caso como noutros. Mais referiu que considera que a Câmara não foi particularmente feliz no

acesso a fundos comunitários, comparativamente com outras Câmaras, tem feito muitas coisas sem fundos comunitários porque não tem formas das financiar e há outros programas que vão estando abertos e onde a Câmara tem boas expectativas dos seus projetos poderem ser enquadráveis face a outros e, face à decisão das entidades que decidem, não temos condições de acessibilidade e dá como exemplos o Núcleo Museológico de Ortiga, cerca de 250.000,00€ de investimento só da Câmara, projeto que foi candidatado duas vezes ao Programa Valorizar e não foi elegível, também o Piso Inferior do Museu, cerca de 200.000,00€ de investimento, já foi candidatado 2 vezes e nunca conseguiu financiamento. Referiu que também não têm sido estes factos que têm acanhado a Câmara de fazer as obras mas, muitas vezes, sentem que, quando olhamos à volta, que poderíamos ter outro tipo de apoios mas as coisas são o que são. Relativamente ao CAO, relembra que aquele investimento que ali está, só de dinheiro municipal, sem qualquer tipo de apoio, tem valor superior a um milhão de euros do orçamento municipal, tendo o edifício custado cerca de 300.000,00€, a obra custou 700.000,00€ e a Câmara recebeu de fundos comunitários um pouco mais de 300.000,00€, ficando cerca de 700.000,00€ gastos pela Câmara e juntando em cima deste valor, a revisão de preços que foi feita, todo o equipamento que a Câmara está agora a adquirir para aquele edifício que já vai em cerca de 120.000,00€, chega-se facilmente ao montante referido. Mais referiu que para a requalificação do Cine Teatro a Câmara só tem, até agora, financiamento de 280.000,00€ e o valor total é de 660.000,00€. Referiu que deu estes exemplos para que não se fique com a ideia de que tudo aquilo que a Câmara faz foi com apoios, aliás, tudo isto será, no seu devido tempo, verificado com factos objetivos e concretos.

---O Sr. Vereador António Louro intervém para referir que, relativamente à intervenção do vogal Duarte Marques, desta vez não é só a sua cabeça que está em “cima do cepo”, a sua será a primeira mas também estará em “cima do cepo” a cabeça de todos pois se chegamos aqui foi porque houve um batalhar de todos neste sentido e aquilo que aí vem para Mação, pode ser uma oportunidade extraordinária. Mais referiu que não vai ser sozinho a conseguir por isto em marcha, pois o projeto depende se uma mobilização de todos, das associações, da Câmara, das Juntas de Freguesia, das pessoas que estão em Mação e das que cá nasceram e estão fora e provavelmente essas, como são a maioria dos proprietários do concelho de Mação, vão ter aqui um papel muito importante pois 75% das propriedades são de pessoas não residentes. Mais referiu que todas estas questões do covid 19 não vão ajudar no contacto com as pessoas e, se o processo é

significativamente complexo, se conseguiríamos trazer as pessoas às salas, explicar, fazer apresentações, discutir com elas ao vivo, nada disso vai ser possível o que vai dificultar a comunicação e tornar tudo mais difícil e por isso, vai ser necessário o empenho de todos no sentido de espalhar esta ideia e tentar indo vender as dificuldades. Referiu que há gente que não quer isto nem por nada pois os seus interesses pessoais colidem com isto e que isto vai contra os sonhos de serem os “donos disto tudo” no futuro e que não vão gostar deste processo mas, na sua opinião, há tanta área abandonada no concelho de Mação que há espaço para tudo e para todos e tomáramos todos que que fosse possível tomar conta de todo o espaço disponível pois há espaço para tudo e o que o que é preciso e todos darem as mãos e por o processo em marcha. Mais referiu que, quando foram apresentadas as propostas para o concelho de Mação, que podiam ter sido feitas só pela Aflomação, as propostas de Áreas de Intervenção da Gestão da Paisagem, foram feitas com um espírito de conjugação de esforços e, por isso, aquilo que vai ser feito é convidar as Juntas de Freguesia, as entidades gestoras das ZIF's, as associações locais para subscreverem essas propostas, que serão as propostas de todos os que se quiserem juntar e tenham interesse nestes territórios, será uma proposta de todos. Termina referindo que este processo vai depender de todos e considera que é um momento histórico para este concelho porque estão aqui criadas condições que não estarão criadas em muitos outros concelho e é necessário destacar e reconhecer que muito deste ambiente e destas possibilidades se devem ao Partido Socialista, á seriedade com que encarou, ao longo dos anos, a discussão das matérias florestais e se foi possível, às vezes, sermos ousados a fazer as coisas sem qualquer suporte legal, foi porque tivemos o apoio do Partido Socialista nessas matérias pois percebeu que o caminho era esse e este é o momento de nós nos prepararmos de novo para ir ter com as nossas populações, fazer o desafio de fazer coisas diferentes e, acima de tudo, desafiar aquelas pessoas que têm capacidade para ajudar o processo e colaborar pois ele não será possível de implementar, dada a sua magnitude, sem a colaboração de todos. Deixa o apelo a todos para que se aproximem do processo, critiquem, peçam informações à medida que as coisas forem evoluindo porque precisamos de toda essa movimentação para ter sucesso na realização disto porque o concelho de Mação precisa disto para ter viabilidade no futuro.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com seis votos contra e duas abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) **Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2021.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Quadro de Pessoal da Câmara para o próximo ano, o mesmo tem duas alterações com significado que, basicamente, é a abertura de cinco lugares para Sapadores Florestais e de quatro lugares para Assistentes Operacionais, principalmente para escolas do 1º Ciclo. Mais informou que, quanto ao resto, são situações que decorrem já do Mapa de Pessoal que está em vigor no presente ano.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: 4) **Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro.**

---O Sr. Presidente da Mesa propõe que a discussão dos pontos 4), 5) e 6) seja feito em simultâneo neste ponto pois o assunto é similar e a votação dos mesmos seja em separado, o que foi unanimemente aceite.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que os pontos 4), 5) e 6) incidem sobre os Acordos celebrados entre a Câmara Municipal de Mação e as freguesias de Carvoeiro, Cardigos e Ortiga relativamente à gestão dos espaços das praias fluviais e dos espaços de lazer existentes nessas freguesias. Continuou a sua intervenção referindo que o ano de 2020 foi um ano atípico devido à pandemia de covid 19 mas deverá ficar registado como um ano em que a época balnear decorreu, na sua opinião, acima das previsões. Mais referiu que, para que a época balnear tivesse corrido sem incidentes, e com sucesso tem de mencionar a coragem que o Sr. Presidente da Câmara, no início do ano de 2020, quando a pandemia nos começou a atingir, teve ao avançar com obras e investimentos para algo que era incerto, que era a época balnear de 2020. Para que a mesma corresse bem foi necessário fazer obras em fevereiro, foi preciso preparar e fazer os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia para que, nos meses de verão tudo estivesse conforme. Mais informou que foram feitas muitas obras e trabalhos de manutenção nas praias fluviais, especialmente na praia fluvial de Carvoeiro na sequência da tempestade Elsa. Deixa uma palavra de agradecimento às

três Juntas de Freguesia envolvidas pois sem as quais o sucesso que foi atingido não teria sido possível. Deixa também uma palavra aos concessionários que também tiveram a sua quota parte de responsabilidade no sucesso verificado nesses três espaços. Termina referindo que faz todo o sentido que se repita a mesma fórmula de Acordos de Execução para o próximo ano. Mais refere que, mais uma vez não sabemos o que nos trás a época balnear de 2021 relativamente à pandemia mas visto que a solução encontrada correu bem em 2020, propõe repetir em 2021. Refere ainda que os Acordos propostos são semelhantes aos do ano anterior, apenas acrescentando a todos eles uma competência e uma verba associada a essa mesma competência, que é a necessidade de dar resposta às instruções da DGS e às obrigações que temos de garantir que exista higiene e desinfeção, cuidados no âmbito do covid 19. Refere ainda que, assim sendo a Câmara decidiu que as funções que foram contratadas a uma empresa em 2020 para a gestão dos espaços das praias fluviais e que custaram 19.000,00€ mais IVA à taxa legal em vigor, sejam, em 2021, das Juntas de Freguesia e, para tal foi acrescentada uma verba de 5.000,00€ em cada Acordo de Execução. Informou que estes Acordos têm um prazo temporal de 12 meses, ou seja, entram em vigor no dia 1 de janeiro porque é necessário fazer trabalhos de manutenção, nomeadamente as relvas, durante todo o ano.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que não poderá haver dúvidas quanto às vantagens destes trabalhos serem desempenhados pelas Juntas de Freguesia, no entanto, apresentar os protocolos onde nada é especificado como afetação de mão de obra, materiais, periodicidade da limpeza, desinfeção dos contentores, caixotes de lixo, etc, podem os signatários entenderem ajustado os valores inscritos nos Acordos, mas aqueles a quem se pede para discutir e votar, os membros da Assembleia, não lhes são disponibilizados elementos que lhes permita uma votação analítica conveniente. Em seguida dá vários exemplos de falta de informação detalhada nos Acordos, o que, na sua opinião deveria ter sido feito e, como tem dificuldade em fazer uma análise detalhada, o seu sentido de voto vai ser de abstenção na votação dos três Acordos de Execução apresentados.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques intervém para referir que, como foi exemplo em 2020, muitas das questões que muito bem colocou e que fazem sentido são muito difíceis de colocar num documento destes, senão mesmo impossíveis. Mais refere que, quando os documentos foram aprovados no ano passado ninguém sabia, nem do covid19 e muito menos das despesas associadas à tempestade Elsa e por isso, o que tem vindo a

acontecer, e muito bem, é uma gestão dia a dia entre a Câmara e os Srs. Presidentes da Juntas de Freguesia que, consoante as necessidades que vão surgindo, vão gerindo estas verbas de acordo com essas necessidades. Mais refere que, quanto às verbas que são transferidas, elas só são transferidas após apresentação da despesa, ou seja, a Câmara não envia o dinheiro para as Juntas adiantado nem sem saber para onde vai. Dá um exemplo de um equipamento que se danifique, o mesmo poderá ser substituído ou reparado pela Junta de Freguesia, apresenta a fatura e a Câmara, dentro do orçamento acordado, faz a transferência do montante ou, se a Câmara tiver melhores condições, a nível dos serviços para colmatar o problema, fá-lo e não se verifica transferência de verba. Termina referindo que tem funcionado muito bem pois tudo tem de ser visto dia a dia e ninguém consegue prever as necessidades que irão surgir nestes espaços de uma semana para a outra e estes montantes inscritos nos Acordos são um plafond que poderão ser gastos ou não e está a ser feita uma gestão conjunta que tem funcionado muito bem e considera que o caminho será este.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com uma abstenção.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: 5) **Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos.**

--- O Sr. Presidente da Mesa referiu que este ponto já foi discutido e, por isso, seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com uma abstenção.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: 6) **Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga.**

--- O Sr. Presidente da Mesa referiu que este ponto já foi discutido e, por isso, seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com uma abstenção.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: 7) **Apresentação de informação sobre a Tejo Ambiente com a presença de responsáveis da empresa.**

Em seguida foi feita uma apresentação pelos responsáveis da empresa Tejo Ambiente sobre o funcionamento da mesma e objetivos a alcançar.

Após a apresentação dos responsáveis da empresa intermunicipal Tejo Ambiente sobre o trabalho da referida empresa, bem como respostas às perguntas colocadas pelos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para intervenção no âmbito do mesmo assunto.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que deve ser reconhecido o extraordinário trabalho que foi feito pelos responsáveis da empresa Tejo Ambiente, aqui presentes, no sentido de por de pé uma empreitada desta dimensão e é testemunha do esforço que colocaram e da disponibilidade que sempre manifestaram para esclarecerem todos os problemas e da vontade que tiveram em resolver os assuntos e, ainda hoje continuam a trabalhar nessa empreitada que não é uma tarefa fácil dada a dispersão do território e dos inúmeros problemas que tem. Mais refere que, se no concelho de Mação alguém deu a cara pela Tejo Ambiente, foi o Presidente da Câmara, que disse às pessoas, através da sua rede social que, se tivessem que apontar o dedo a alguém, seria a si, pelo que considera que jamais será acusado de se esconder atrás da desculpa que “isso são coisas da empresa”, pois a empresa é nossa, e foi aprovada a sua constituição por unanimidade quer na Câmara quer na Assembleia Municipal e nesse sentido nunca se escondeu, tendo sempre assumido a responsabilidade perante a população.

Mais refere que a outra questão que quer mencionar tem a ver com a questão de uma leitura das narrativas que se anda a fazer relativamente ao concelho de Mação, onde se refere que é um concelho extremamente vulnerável, que está “tudo a cair”, que necessita de investimentos rapidamente senão isto é tudo uma tragédia, relembra que, na apresentação que a empresa foi fazer ao Sr. Ministro, das 12 páginas da mesma, 6 delas eram, nomeadamente, sobre descargas no Rio Nabão e, só isto implica mais investimento que todo o concelho de Mação, portanto, considera que não se deve ensaiar o discurso que Mação é que tem tudo por fazer porque tem tudo a cair de podre, quando temos aqui, para resolver só um problema de uma cidade templária, um investimento de 19 milhões de euros. Considera que não se deve ir por aí pois esse não é o caminho. Mais referiu que, ainda sobre este assunto, numa entrevista da Vereadora do PS da Câmara de Ourém, no jornal O Mirante da semana passada, a mesma refere que o saneamento de Ourém é do terceiro mundo e por isso considera que não se deve voltar as coisas da forma que se está a fazer com o concelho de Mação que tem

efetivamente problemas graves, como aqui foi dito pelos responsáveis da Tejo Ambiente na sua apresentação, que têm de ser resolvidos e que todos, nesta sala, o reconhecem mas não se pode dar a entender que parece que é só Mação que tem problemas e todos os outros concelhos são “um paraíso”.

Referiu ainda que, chegado aqui, a razão que o levou a pedir a demissão do cargo que exercia na Tejo Ambiente, não é de agora e já o tinha debatido com os responsáveis da Tejo Ambiente. Informou que, numa reunião em 17 de julho de 2020, onde este assunto foi colocado pelo responsável financeiro da Tejo Ambiente, que falava de várias medidas de equilíbrio da empresa e uma delas era “substituição dos investimentos a realizar no abastecimento de água do Castelo de Bode e do POSEUR, e o abastecimento de água das Corgas e a sua resposta que consta em acta foi a seguinte: “ discorda em absoluto com a proposta de retirar os investimentos no município de Mação aprovados pelo POSEUR assim como do aumento do tarifário, manifestando o interesse em reunir com a Entidade Reguladora ERSAR para discutir sobre estes assuntos. Deixa em aberto a possibilidade de acompanhar o aumento do capital social, sendo esse o caso, submeter aos órgãos competentes do município. Poderá ser ponderada uma eventual saída do município de Mação da Tejo Ambiente”. Mais informou que se realizou na semana passada uma Assembleia Geral, na qual foi aprovado por unanimidade o Plano Plurianual de Investimentos e, entretanto é apresentado o ponto 7) da Ordem de Trabalhos onde foi apresentado um mapa com o nível de execução dos investimentos cofinanciados pelo POSEUR e a sua intervenção foi a seguinte: “ após a apresentação, manifestou a sua discordância, em absoluto, relativamente à não execução dos investimentos aprovados pelo POSEUR para o concelho de Mação. Referiu que não tem competências para impedir as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Considera que foram desvirtuados os pressupostos iniciais dos projetos aprovados e que, a médio e a longo prazo, uma solução que não passe pelos anteprojetos aprovados ao abrigo do referido Programa, tornar-se-á numa desastrosa decisão, ao não limitar o número de captações de água à superfície. Lamenta que passados seis meses ainda não haja uma definição do que se vai fazer no município de Mação”.

Refere que compreende esta questão toda do ponto de vista económico mas não consegue perceber que deixemos de ter mais de 40 captações de água e passemos a ter trinta e tal, quando hoje, a europa recomenda que as captações de água para consumo humano sejam feitas à superfície e não de forma subterrânea. Se isto é atrativo do ponto de vista imediato, considera que, como já disse, a médio e longo prazo

é um desastre. Por outro lado, o valor da dependência de Mação não é por aí que vai ser posta em causa a sustentabilidade económica da operação, aliás, se metêssemos Mação a 100% da ADVT, era só equiparar Mação aos outros concelhos pois os outros estão todos dependentes a 100%.

Refere ainda que, quando apresentou aos responsáveis da Tejo Ambiente a proposta dos investimentos a fazer no concelho de Mação, eram com estes pressupostos e considera que está aqui a haver um desvirtuar. Compreende que, desde a primeira hora, o Conselho de Administração nunca teve vontade de o fazer, por razões económicas que percebe não ser uma má vontade contra Mação. Mais refere que também circulou por alguns locais que houve várias desculpas para as coisas não serem feitas, nomeadamente que a Câmara de Mação não tinha os projetos de execução, o que é verdade, ainda hoje não os tem mas também é verdade que, em Maio falou com um responsável da Tejo Ambiente e disse que a Câmara de Mação gastou 65.000,00€ nos ante projetos e a empresa que iria fazer os projetos demoraria entre três semanas e um mês para os fazer, por isso, segundo a empresa responsável por este estudo, os projetos destes ante projetos levariam três semanas a um mês a serem executados. Também foi dito que a Câmara, possivelmente não tinha aquelas quarenta e tal captações pois as mesmas seriam das Águas do Vale do Tejo e não da Câmara e surgiram dúvidas se a Tejo Ambiente ficaria ou não com estas captações e, por isso, foi a uma reunião em Tomar, acompanhado de responsáveis da Tejo Ambiente e ficou esclarecido que as referidas captações são da Tejo Ambiente. E assim, mais um problema resolvido. Refere que parece que se está aqui sistematicamente a encontrar engulhos para não se concretizar este projeto. Lamentavelmente é este o ponto de situação. Continua referindo que admite, conforme é normal e aqui diz, que a administração da empresa tem toda a legitimidade para tomar as decisões que entender como o Presidente da Câmara de Mação tem toda a legitimidade para não concordar com elas e não se sentia confortável de estar a presidir a um órgão onde sente que não estão a ser tomadas as melhores decisões, neste caso concreto, para o município de Mação a médio e a longo prazo. Os problemas já não vão surgir enquanto for Presidente mas é uma questão de princípio pois considera que estão a desvirtuar a situação e foram todos estes motivos que o levaram a tomar esta posição de pedir a demissão, que, no fundo é um “grito de revolta” e um “murro na mesa” porque considera que está a haver aqui um tratamento com Mação que deveria ter sido outro. Refere que não é nada de pessoal contra os responsáveis da empresa aqui presentes, a administração tomou

as decisões e tem legitimidade para o fazer mas considera que o concelho de Mação não está a ser tratado com a mesma justiça que estão a ser tratados todos os outros. Termina agradecendo a presença dos dois responsáveis da Tejo Ambiente que estiveram a prestar esclarecimentos nesta sessão da Assembleia Municipal de Mação.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----